



MARÇO 2018

Cenário de incerteza nas eleições presidenciais – reflexões com base no calendário

As eleições de 2018 fazem parte do debate político brasileiro há bastante tempo. Quando o PT definiu que Dilma Rousseff disputaria a reeleição, parecia claro que Lula voltaria às disputas nesse ano e isso, por si só, foi capaz de gerar expectativas em relação ao pleito de 2018. Os fatos seguintes à vitória da então presidente tornaram o cenário ainda mais agitado. Os escândalos de corrupção envolvendo diversos agentes - de diferentes partidos -, o processo de impeachment, o adensamento da sensação de crise econômica principalmente ao longo dos anos de 2015 e 2016, tudo isso contribuiu com os graus de incerteza no Brasil, adensando sua crise política. Até que finalmente veio o ano de 2018, quando parece necessário compreender a existência de um cronograma de ocorrências que merece a mais absoluta atenção de quem deseja acompanhar a eleição presidencial. Assim, com exceção feita à primeira data apresentada a seguir, esse texto trará reflexões sobre o calendário político oficial do país e o que ele representará em torno das eleições presidenciais e seus principais nomes.

24 de janeiro – o pano de fundo

Lula é agente central nas eleições presidenciais brasileiras desde o primeiro pleito do processo de redemocratização. Foi ao segundo turno em 1989 contra Fernando Collor em pleito inédito no país desde 1961; foi o segundo colocado em 1994 e 1998 derrotado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em primeiro turno; venceu em 2002 e 2006, em segundo turno, candidatos do PSDB – José Serra e Geraldo Alckmin, respectivamente -; e fez sua sucessora em 2010 quando tinha mais de 80 pontos percentuais de aprovação popular no final de seu governo. No lançamento da candidatura de Dilma Rousseff, dia 13 de junho de 2010, disse em um auditório lotado que naquele ano não permitiram sua participação, mas que ele teria seu nome escrito de forma diferente na cédula, e esse nome seria “Dilma Rousseff”.

Em 2014 as crises política e econômica já se anunciavam, sobretudo como resultado dos movimentos de 2013 e de um distanciamento ainda maior entre a sociedade e a representação política formal, adensado pelos escândalos de corrupção envolvendo diversos atores relevantes do mundo empresarial, público e político. Cogitou-se, à época, a volta do ex-presidente em movimento “Volta Lula” protagonizado por alguns agentes do mercado, por atores do próprio PT e de partidos aliados. A ação foi



BRASIL
EM FOCO
MARÇO 2018

www.kas.de/brasil

frustrada e, novamente, Lula serviu de cabo eleitoral estratégico para a sua criação.

Com o impeachment de 2016 e as condenações de Lula em primeira instância pela justiça, não parecia possível imaginar que o ex-presidente demonstraria força significativa nas pesquisas. A atual conjuntura, no entanto, alavancou o desejo de brasileiros por tempos de prosperidade vividos em outrora. O atual presidente, Michel Temer (PMDB), é extremamente mal avaliado e tem seu nome absolutamente envolvido em escândalos de corrupção. O desejo por Lula, também acusado e, nesse caso condenado, voltou com firmeza. As pesquisas passaram a apontar uma vontade de parcelas da população por sua volta, e até o começo de 2018 ele voltaria a liderar todas as pesquisas, vencendo todos os seus adversários em simulações de segundo turno.

Foi quando em 24 de janeiro o Tribunal Regional Federal localizado no Rio Grande do Sul o condenou a 12 anos e um mês de prisão por questões atreladas à corrupção em segunda instância. A polêmica não foi pequena, e enquanto alguns brasileiros comemoraram a decisão, outros, sobretudo o PT e seus dirigentes, membros e simpatizantes de Lula, trataram de desqualificar a posição e ameaçaram, inclusive, partir para ações mais violentas. Foram dias e semanas intensas, de declarações pouco republicanas de diversas partes envolvidas. O fato é que de acordo com a lei e a despeito de Lula afirmar que não vê motivos para respeitar a posição oficial, ele se tornou inelegível à luz do que prega a regra, com destaque para a Lei da Ficha Limpa, de iniciativa popular e sancionada em seu governo em 2010.

A partir de tal episódio, com as pesquisas apontando sua liderança mesmo após a condenação em segunda instância, o cenário político-eleitoral brasileiro sofreu impacto expressivo. O agente central e líder das pesquisas, provavelmente não estará formalmente na disputa. E aqui surgem interpretações. Parte delas será tratada adiante, mas é importante salientar que por mais que o PT afirme não trabalhar um plano B para a candidatura presidencial, o fato é que precisará encontrar um nome se considerar que o presidente do Tribunal Superior Eleitoral já afirmou que a justiça será feita, em discurso que claramente respondia às provocações de desrespeito à justiça.

Assim, tal desafio do PT terá dupla dificuldade: reerguer o nome do partido fustigado por parcelas da opinião pública e, utilizando o discurso da injustiça, contar com uma capacidade que hoje as pesquisas não mostram em Lula, a saber, transferir votos para um indicado. O mais cotado para essa difícil missão era Jacques Wagner, secretário de Estado no Bahia, ex-governador por dois mandatos e ex-ministro. Recai sobre ele, no entanto, indiciamentos por corrupção e ações mais incisivas da justiça. Restara, como nova opção, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad, aparentemente pouco entusiasmado com o desafio e pouco capaz de se tornar unanimidade. A recente pesquisa MDA o mostra como única opção do PT nos três cenários testados sem Lula (que lidera com mais de 33%) – em nenhum tem desempenho que o leve, sequer, aos 5%.



BRASIL

EM FOCO

MARÇO 2018

www.kas.de/brasil

É sob esse pano de fundo que o aguardado e longo ano eleitoral de 2018 começa no Brasil. Adicionalmente é relevante verificar que um governo extremamente mal avaliado, fortemente acusado de corrupção e incapaz de avançar em relevantes pautas para o país não transforma qualquer postulante em nome forte que teria o apoio da máquina federal e se capacitaria de forma clara às estada no poder.

O ano de 2002 foi o último em que nitidamente o postulante da máquina federal não venceria a eleição, e o pleito foi incerto para os sentimentos do mercado. Assim, desde 1989 apenas dois presidentes foram eleitos sem o amparo da força presidencial: Collor em 1989 e Lula em 2002. Em ambos os casos os governos vigentes carregavam cargas excessivas de impopularidade. Sem Lula no jogo e com um governo desgastado, os graus de incerteza aumentam e tornam a disputa mais aberta. É nesse sentido que restaria verificar a capacidade de o bloco de centro-direita que governa o país chegar a um nome de consenso para a disputa do Planalto. MDB, DEM, PSDB, PSD, PP e outras siglas seriam capazes de chegar a essa figura? Cada dia mais difícil. Assim, a matriz abaixo aponta, hoje, para o cenário mais incerto possível, a saber, o cruzamento entre as duas variáveis mais importantes da campanha de 2018: a candidatura ou não de Lula e a união ou não do bloco de centro-direita que está no poder.

	Bloco de centro-direita unido	Bloco Centro-direita desunido
Lula candidato	Disputa entre polos claros e tradicionais ao estilo PT x PSDB – certa dose de incerteza	Lula deve estar no segundo turno com fortes chances de vitória e adversário indefinido
Lula não candidato	Fortes chances de o bloco de centro-direita ganhar as eleições ao longo da campanha	Eleição mais aberta e incerta que o país atravessará desde 1989 com cenário indefinido

Nesse caso, em especial, chama a atenção o comportamento desse grupo de partidos que governa a nação. A aposta na intervenção militar na segurança pública do estado do Rio de Janeiro tem duplo caráter político: evita justificar uma provável derrota na tentativa de reformar a previdência, empurrando as alterações para o processo eleitoral e para o ano de 2019; e procura dialogar frontalmente com aquela que será uma das grandes pautas de 2018 nas eleições, a segurança pública. Isso seria capaz de alavancar um presidente extremamente desgastado em tão pouco tempo? Ou apenas enfraquecer Jair Bolsonaro e sua principal agenda? Difícil imaginar que Temer subirá, sobretudo em um partido tão fragmentado como o MDB e com um grupo tão desunido em torno dele em matéria eleitoral ocupando o poder. O DEM fala em eleger o presidente da Câmara dos Deputados, o PSD chegou a ensaiar o lançamento do ministro da



BRASIL

EM FOCO

MARÇO 2018

www.kas.de/brasil

Fazenda, o PP e o PR sugeriram que poderiam apoiar o PT com Lula, e o PSDB não consegue alavancar seus nomes nas pesquisas e parece que, mesmo com dificuldades, definirá o nome de Geraldo Alckmin, governador de São Paulo e presidente nacional da legenda depois da desistência magoada do prefeito de Manaus disputar prévias. As questões aqui recaem sobre escândalos de corrupção nos governos tucanos em São Paulo, que teve o pré-candidato como líder maior por mais de três mandatos. Diante de tais aspectos é central compreender o que serão tantas outras candidaturas, com destaque para Jair Bolsonaro, que lidera as pesquisas na ausência de Lula nos cenários testados, e nomes que podem se tornar novidades, como o frustrado balão de ensaio atrelado ao apresentador de TV Luciano Huck. Para que tais aspectos façam sentido é essencial a compreensão do calendário formal das eleições e de fatos relevantes do país. Diversos fenômenos ocorrerão para além desse tipo de data legalmente fixada que certamente agitarão o cenário, mas é necessário fixar alguns prazos que darão contornos mais claros a esse universo de incertezas.

Início de março e início de abril – a janela de troca de partidos

Incertezas trazidas pelas reformas políticas que se acumulam no Brasil e interpretações questionáveis ofertadas pela justiça eleitoral têm trazido enorme dificuldade para a compreensão, ao longo das últimas décadas, do que significa “fidelidade partidária”. Da livre possibilidade de mudança de partido à proibição absoluta, passando pela flexibilização associada ao nascimento de novos partidos e aos mandatos conquistados em eleições majoritárias, o fato é que não se legisla de forma clara sobre essa temática e se decide muito no campo do Poder Judiciário. Como resposta à perda de liberdade de outrora, decidiu-se na esfera legislativa que sete meses antes das eleições se abre uma janela constitucional que permite que políticos eleitos pelo sistema proporcional – deputados e vereadores – mudem de partido sem qualquer risco de perda de mandato e para onde desejarem a cada quatro anos. Em 2016, por exemplo, mais de 90 parlamentares migraram só na Câmara dos Deputados - à época permitiu-se que todos os cargos proporcionais migrassem, mas na verdade só quem está em fim de mandato pode mudar a partir de 2018. Estima-se que esse ano cerca de uma centena de deputados federais possam sair de suas legendas.

A despeito da relevância de tal movimentação para toda a composição política brasileira, a mais aguardada ação aqui fica por conta do deputado federal do Rio de Janeiro, e agente relevante nas pesquisas de intenção de voto, Jair Bolsonaro. Eleito pelo Partido Progressista em 2014, já havia mudado de legenda e ingressado no PSC na janela de 2016. Agora, depois de flertar com o PEN (Patriota) e solicitado a alteração do nome da legenda para Patriota, decidiu-se, aparentemente, por uma ida ao PSL que tirou desse partido parte do grupo independente denominado Livres, de cunho mais liberal. Até o início de abril alguma surpresa pode ocorrer, sobretudo porque Bolsonaro, em tese, precisaria de uma legenda mais



estruturada para obter tempo de TV e rádio, bem como recursos do Fundo Eleitoral que vigorará em 2018. A atenção à janela de troca de partidos é essencial para a eleição presidencial e seu quadro atual. Aqui Bolsonaro é central.

Início de abril – o prazo para filiação partidária

Antigamente, com raras exceções, um cidadão só participava de uma eleição se tivesse filiação mínima de um ano àquela legenda que o lançava. Em 2015 esse prazo foi reduzido para seis meses. Assim, é absolutamente essencial que se tome muita atenção com as filiações e mudanças de partido. Henrique Meirelles, por exemplo, chegou a cogitar que poderia deixar o PSD e voltar para o MDB, disputando o Palácio do Planalto por sua antiga legenda. Os nomes mais aguardados em relação a esse prazo, no entanto, são os de Jair Bolsonaro, que aproveitaria a janela de transferência, bem como respeitaria esse prazo, e os postulantes considerados como novidades que teriam que escolher uma legenda. Aqui o movimento mais aguardado era o do apresentador de televisão Luciano Huck, mas suas declarações mais recentes indicam que não será este o instante de se apresentar como opção presidencial. Num primeiro instante o DEM abriu as portas para ele, mas o partido que mais avançou nas conversas foi o PPS. Para aqueles que ainda acreditam que o artista pode mudar de ideia, se dia 08 de abril nenhuma legenda o apresentar como filiado, a lei não permitirá sua participação no processo eleitoral como candidato.

Outro nome que tem merecido atenção em termos de filiação partidária é o do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, relator do caso do Mensalão (ou Ação Penal 470), Joaquim Barbosa. Suas conversas mais avançadas estariam ocorrendo com o PSB, mas declarações afirmando que seu nome deveria ser consensual no partido afastam as chances de um acordo, sobretudo diante de um cenário de fragmentação interna e arranjos de forças sentidos, até hoje, após a morte de Eduardo Campos em 2014. Um empecilho seria o vice-governador de São Paulo Márcio França, que sabendo que herdaria o poder com a saída de Geraldo Alckmin para a disputa da Presidência, declara publicamente faz alguns anos que apoia o governador e gostaria de vê-lo contando com o apoio de seu partido. O cenário paulista, no entanto, os afastou e o noticiário dá conta de que França já não seria tão contrário a uma candidatura própria do PSB com Barbosa, uma vez que não contará com a sustentação do PSDB à sua reeleição no território paulista.

Início de abril – o prazo para desincompatibilização

Também está marcado para o começo de abril o prazo de desincompatibilização de políticos que ocupam posições no Poder Executivo e se candidatarão em outubro – exceção feita a quem vai buscar a reeleição, casos de governadores como Flávio Dino no Maranhão, ou mesmo do presidente Michel Temer, se este resolver se lançar à corrida. Aqui chamam a atenção alguns movimentos importantes para a eleição presidencial. O princi-



pal deles está atrelado à saída de Geraldo Alckmin do Palácio dos Bandeirantes. Todo o cenário está sendo montado para que isso ocorra. Seu vice já movimenta a formação de um novo governo e alguns conflitos internos se mostram claros, sobretudo associados aos apoios partidários que se desenham no estado.

Mas aqui também merece atenção máxima o comportamento de Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda. Michel Temer já afirmou que gostaria de ter seu ministro até o final do mandato, mas a intervenção no Rio de Janeiro praticamente inviabilizou a pauta da reforma da previdência que Meirelles emprestava força pessoal significativa para lograr êxito ao longo dos últimos quase dois anos. Ademais, mesmo com o PSD dando mostras de que poderá apoiar Geraldo Alckmin na corrida presidencial, ainda há quem defenda a candidatura do titular da mais relevante pasta da economia em outubro ao Planalto. Se Meirelles for o ministro em oito de abril, sua candidatura estará legalmente descartada.

Outro nome a ser observado com atenção aqui é o de Jacques Wagner do PT. O atual governador da Bahia, seu indicado, pode se reeleger e ele seria o candidato para substituir Lula. Wagner deixará a secretaria para se tornar elegível? Seria candidato à Presidência ou ao Senado?

Início de junho – o prazo para sair do ar

A partir do início de junho, de acordo com o calendário eleitoral, pré-candidatos que ocupem lugar cativo em programas de rádio e televisão de canais abertos precisam sair do ar. O mais importante agente aqui em termos da eleição presidencial era Luciano Huck, ou seja: se ele se filiasse a uma legenda até o início de abril e deixasse seu programa semanal até o início de junho tais movimentos seriam fortes indícios de candidatura. A questão é que o artista declarou, como já dito aqui, seguidas vezes, que não será candidato. Assim, esse prazo deixou de ser tão importante para o cenário presidencial, fazendo sentido de ser observado.

De 20 de julho e 05 de agosto – convenções partidárias

Aqui são definidas as candidaturas e as coligações, o que torna possível verificar de fato que tipo de aliança será consagrada e quais os verdadeiros candidatos e candidatas. O mais relevante aqui, tendo em vista o que se apontou como chave das eleições, é verificar o que o PT fará em torno de Lula, como os partidos do bloco de centro-direita se comportarão e se haverá alguma novidade com reais chances de se concretizar no pleito. Se até esse instante muitos falam como pré-candidatos, a realização das reuniões oficiais para a definição de nomes não deixarão muitas dúvidas acerca das estratégias. Assim, até o começo de agosto é fato que muito se criará de incertezas e indefinições, mas a partir daqui a realidade estará desenhada de forma mais clara.

No caso do PT, em especial, será muito importante verificar a narrativa em torno de Lula, e sobretudo quem será seu vice. Isso porque provavelmente o ex-presidente, dada a narrativa atual de sua legenda, será lançado. A partir de então, provavelmente fará campanha até os limites



legais possíveis. Tal ponto será aprofundado adiante. Outro ponto relevante é observar o que será do bloco de centro-direita: se consolida ou racha?

15 de agosto – prazo limite para o registro das candidaturas

Importante salientar que toda candidatura se transforma em um processo na justiça eleitoral. Recebe um número e sobre ele é dada uma definição por parte dos Tribunais Eleitorais. O limite para a apresentação de toda a documentação necessária é o dia 15 de agosto. Essa data poderia ser meramente protocolar em uma eleição comum, mas certamente se insistir na candidatura de Lula o PT utilizar-se-á desse tempo limite para dar entrada no nome de seu mais relevante político. Isso porque enquanto a candidatura não é julgada pela justiça e não recebe uma definição final sobre sua viabilidade legal existe a chance de se fazer campanha, aparecendo como candidato em programas eleitorais no rádio, na TV e mesmo em outros meios. Assim, essa data é estratégica por isso, pois ela será parte do que o PT tem como ideia de ação.

16 de agosto – começa a campanha

O horário eleitoral gratuito, seguindo as novas leis nacionais, vai ao ar de 31 de agosto a 04 de outubro por um prazo de 35 dias. Mas as campanhas têm 45 dias e podem começar já no dia 16 agosto seguindo a lógica da reforma política de 2015 que vigorou em 2016 e reduziu fortemente os prazos para pedido oficial de voto pelos candidatos. Assim, é apenas em meados de agosto que seremos impactados por pedidos mais ostensivos e legalizados de voto. O que será do PT e de Lula aqui?

17 de setembro – prazo limite para o julgamento das candidaturas

Se 15 de agosto marca o limite para os partidos agirem e registrarem seus candidatos, o dia 17 de setembro é o tempo máximo para a justiça dar a resposta sobre quem será ou não candidato. Claro que em termos jurídicos muita coisa pode se estender, mas se um partido não deseja correr risco algum de ter seu candidato impugnado sem a possibilidade de substituí-lo, é o dia 17 de setembro que marca esse limite. Assim, no caso de Lula, o PT em tese poderá ter seu principal nome fazendo campanha por um mês, aguardando ou questionando decisões da justiça eleitoral – de 16 de agosto a 17 de setembro. A partir daqui, se a candidatura for efetivamente impugnada, caberá uma substituição até esse prazo e uma tentativa de emplacar novo nome que, certamente, terá visibilidade e estratégia bem definida ao lado do ex-presidente. Se o partido optar por substituir o nome lançado após essa data a única razão permitida por lei após esse prazo está associada a falecimento.

Conclusão

A narrativa aqui apresentada respeita, principalmente, o que temos em termos presentes nas eleições presidenciais de 2018 e os prazos estabe-



BRASIL
EM FOCO
MARÇO 2018

www.kas.de/brasil

Sobre o autor:

Humberto Dantas – doutor em ciência política, conselheiro e parceiro da KAS em ações de educação política.

lecionados pela justiça eleitoral e pelas leis políticas do Brasil. Apenas com base em tais aspectos já é absolutamente possível verificar o cenário de incerteza que está constituído no país. É com base em tais pontos e certamente em tantas informações que serão trazidas nos próximos meses que o cenário se desenhará com maior clareza. Fato é, no entanto, que a eleição de 2018 será um jogo de paciência, mudanças, estratégias e ações que definirão o futuro do país. Ao longo do ano, certamente, será tarefa das mais necessárias voltar a esse tema nessa publicação. Um “detalhe” final importante: a eleição terá seu **primeiro turno no dia 07 de outubro e o segundo turno no dia 28 de outubro**. Em termos de calendário, e considerando que constitucionalmente o primeiro turno ocorre sempre no primeiro domingo de outubro e o segundo turno acontece sempre no último domingo desse mesmo mês, teremos a eleição em sua modalidade mais curta, ou seja, um segundo turno de apenas 21 dias.